



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ANDRESSON ARAÚJO GOMES**

**Campina Grande entre o antigo e o moderno: uma busca pela valorização  
do patrimônio histórico campinense. (1935 – 1945)**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2017**

**ANDRESSON ARAÚJO GOMES**

**Campina Grande entre o antigo e o moderno: uma busca pela valorização  
do patrimônio histórico campinense. (1935 – 1945)**

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena.

Área de concentração: Cidade, Memória e Patrimônio.

Orientador: Prof. Me. IORDAN QUEIROZ GOMES

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2017**

G633c Gomes, Andresson Araujo.

Campina Grande entre o antigo e o moderno [manuscrito] : uma busca pela valorização do patrimônio histórico campinense. (1935 – 1945) / Andresson Araujo Gomes. - 2017. 31 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes , Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Campina Grande. 2. Patrimônio Histórico. 3. Patrimônio cultural. 4. Política de modernização.

21. ed. CDD 363.69

ANDRESSON ARAÚJO GOMES

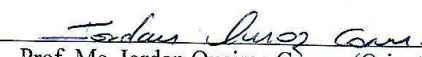
**Campina Grande entre o antigo e o moderno: uma busca pela  
valorização do patrimônio histórico campinense. (1935 – 1945)**

Artigo apresentada no curso de História  
da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Graduado em Licenciatura  
Plena.


Área de concentração: História.

Aprovada em: 12/12/2017.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Me. Jordan Queiros-Gomes (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Me. Bruno Rafael de A. Gaudêncio  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Me. Luiz Carlos dos Santos  
Instituto Federal da Paraíba (UEPB)

Aos meus familiares, pela dedicação,  
companheirismo e amizade, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar queria deixar meus agradecimentos a minha família, ao meu pai Antônio de Aquino e a minha mãe Antônia Araújo, no qual me proporcionaram o privilégio de dedicar especificamente aos estudos. Através de muito suor e determinação conseguiram me manter na universidade. As minhas irmãs Andressa Tamires e Ana Sophia, pelo apoio no dia a dia. Aos meus avós e tios que contribuíram com incentivos e muito carinho.

E em segundo lugar aos professores da UEPB do curso de história, em específico ao professor Iordan, pelo aprendizado e disponibilidade para orientação. E pôr fim aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado.”  
(BLOCH, 2001, p. 65)

## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	07
2.	<b>História e Cidades: Diálogos historiográficos com o mundo urbano</b> .....	10
2.1	Patrimônio Cultural: novas perspectivas ao longo da história .....	13
2.1.1	Patrimônio Cultural no Brasil .....	15
3.	<b>Olhares atentos a um processo: Uma trajetória de reformas antes de 1935</b> .....	17
3.1	1935 - 1945 e o preço da Modernização .....	20
4.	<b>CONCLUSÃO</b> .....	28
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	30



# CAMPINA GRANDE ENTRE O ANTIGO E O MODERNO: UMA BUSCA PELA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CAMPINENSE. (1935 – 1945)

Andresson Araújo Gomes<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho visa a construção da história de Campina Grande destacando, a destruição do patrimônio histórico e cultural, nos anos de 1935 – 1945, período em que uma política de modernização e urbanização é iniciada pelo ex-prefeito Vergniand Wanderley. Em Campina Grande, a transformação do espaço urbano tem se constituído um dos principais motivos para a degradação do patrimônio histórico e cultural. Nos anos de 1930, quando se inicia a política de modernização com o ex-prefeito citado, muito do patrimônio cultural da cidade foi destruído e demolido. Neste sentido, o objetivo do trabalho busca destacar o patrimônio destruído, como: o Paço Municipal, Casarões antigos, o bar Fla-Flu, a Igreja do Rosário, a feira nas ruas, entre outros. Para realização da pesquisa, utilizou-se como aporte teórico os estudos de Pesavento (2008), a qual discute com o conceito de cidade, os estudos de Lemos (1981), Reis (2015) e Martins (2006), a respeito de patrimônio histórico. A metodologia configurou nas pesquisas em jornais de épocas, dissertações e teses, destaque para Cabral (2009) e Souza (2001); como também pesquisas da internet, a partir de *sites* e *blogs*.

**Palavras Chave:** Campina Grande. Patrimônio Histórico. Processo de Modernização.

## 1 INTRODUÇÃO

O trecho citado logo abaixo, é uma fala do prefeito Vergniaud Wanderley, após ser eleito em 1935 na cidade de Campina Grande, ao jornal da União, no qual remete para o articulista do diário seus planos e anseios no que diz respeito ao seu programa de administração. O Casario no qual ele faz referência, situado na Rua Maciel Pinheiro, transmitia uma estética reprovável aos seus olhos, simbolizava um passado que não tinha mais espaço no presente, e que deveria ser substituído ou reformado, por construções modernas, como por exemplo, os prédios.

---

<sup>1</sup>Aluno de Graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.  
Email: 2guerramundialhistoria@gmail.com

[...] O Casario de Campina Grande, com exceção de alguns edifícios residenciais tipo *bungalow*, é acanhado e sem o menor gosto arquitetônico. É uma das minhas cogitações estimular a construção de prédios modernos que substituam os casebres inestéticos pelo menos na principal artéria da cidade (SOUZA, 2001 apud *A União*, p. 1, 24 de set. 1935)

Tais perspectivas estavam concentradas em um contexto da metade do séc. XIX e início do séc. XX, no qual as cidades metrópoles brasileiras passaram por um processo de modernização e higienização, que marcaram a história dos habitantes que viveram e presenciaram tal espetáculo<sup>2</sup>.

Influenciados e inspirados pelas reformas urbanas e sanitárias europeias e pelas exigências do capitalismo em expansão, prefeitos, gestores e governantes brasileiros mobilizaram suas atenções e perspectivas em projetos urbanos modernos, que se enquadrassem neste novo modelo exigido.

Isso fez com que as cidades sofressem modificações profundas, afetadas pela necessidade de modernização. Mais do que perder seus bens culturais, a modernidade significava também a modificação do seu lugar, do seu espaço e de seus costumes. Isto é, tudo aquilo que simbolizava o antigo, o retrógrado, estava sendo dizimado das cidades, a fim de esquecer o passado de atraso das mesmas. Praças, paços municipais, monumentos. E com eles, costumes, referenciais de memória, espaços culturais sociais, foram destruídos em favor do progresso.

Em Londres, Paris, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Parayba do Norte, Campina Grande e etc., tiveram suas experiências únicas e específicas de modernização e urbanização. Cabe salientar e chamar a atenção ao fato de que, o processo de modernização ocorrido nas cidades já citadas acima, teve suas especificidades e particularidades, e como destaca Aranha “é impossível falar de vida moderna no Norte [...] tomando como parâmetro a ideia de ritmo social que serve para caracterizar as capitais culturais europeias”<sup>3</sup> (Aranha, 2001, p. 79).

<sup>2</sup> Com o objetivo de acompanhar os avanços urbanísticos que ocorriam na Europa e nos Estados Unidos, as principais cidades brasileiras da virada do século XIX para o século XX propuseram fazer reformas visualizando a modernização dos espaços. Como forma de enfrentar os problemas de insalubridade e de gerenciamento dos núcleos urbanos, que explodiam demograficamente, originaram-se planos de modernização dos espaços públicos e de melhoramentos para centro urbanos. Nesse sentido, dentre as principais intervenções urbanísticas desse período destacam-se as que ocorreram, no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, e etc. Ver Introdução de Souza sobre os escritos sobre cidades no Brasil e no mundo em sua relação com o moderno (SOUZA, 2001, p.10 - 12). Ver também Filho capítulo primeiro (FILHO, 2009, p. 19 – 23).

<sup>3</sup> Segundo Aranha, em seu trabalho “Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880 – 1925)”, destaca a incoerência de pensar a experiência moderna urbana presenciada no Norte do Brasil, considerando os chamados ‘ritmos sociais’, adjetivos característicos das grandes cidades. Ele propõe pensar tal experiência a partir do reboliço provocado por determinadas conquistas

Em meados de 1930, o prefeito Vergniaud Wanderley inicia na cidade de Campina Grande, o grande projeto de urbanização, idealizado por seu antecessor na administração campinense. Os motivos alegados para tais modificações giravam em torno dos discursos e das novas questões levantadas na sociedade, por higienistas e sanitaristas.

A fim de promover uma melhor estética e plasticidade das ruas, prédios e logradouros, o prefeito afirmava ser uma das suas cogitações: estimular a construção de prédios modernos, que substituiriam os casebres, já que estes se apresentavam sem a estética desejável e idealizada para uma cidade em processo de mudança.

Tais mudanças, além de modificarem a fisionomia de Campina Grande, sem sombra de dúvidas afetou, de maneira considerável, o patrimônio histórico e cultural da mesma. Prédios como o Paço Municipal, casarões antigos da Rua Venâncio Neiva, a Igreja do Rosário, a antiga Cadeia, a Feira Pública, entre outros; foram sacrificados em prol da urbanização e modernização.

Nesse sentido, se percebe que, durante o processo de modernização da cidade, não houve o interesse de preservação do patrimônio local, tanto no seu caráter material, quanto no imaterial. Haja vista que, à medida que se dispunham à modernizar, os moradores da localidade abriam mão de um passado, de costumes que eram seus, que deveriam ser relegados ao esquecimento em prol do progresso da cidade<sup>4</sup>.

---

materiais, ou seja, equipamentos urbanos de uso coletivo que passaram ao imaginário urbano como “símbolos do moderno”, novidades produzidas e adotadas na Europa.

<sup>4</sup> Cabe salientar que no Brasil, uma política em prol da preservação do Patrimônio Histórico surge com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), por meio do decreto de lei nº 25/37, de 30 de nov. de 1937, elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. O período delimitado no trabalho inicia a análise a partir de 1935, no qual inicia a política de modernização de Vergniaud Wanderley, ou seja, dois anos antes da criação do SPHAN. Com isso, percebe-se uma preocupação a mais, pois não existia uma lei explícita que contemplasse aquilo que estava sendo demolido por V. Wanderley. No entanto, ao ler jornais da época e trabalhos que tratam da modernização de Campina Grande, percebemos uma preocupação e um certo desconforto por parte dos habitantes com o que estava sendo destruído e modificado. Por exemplo, analisando um pouquinho antes do primeiro mandato do V. Wanderley, no jornal *A Batalha* o cronista Cristino Pimentel escreve um texto chamando a atenção do ex-prefeito Antônio P. Diniz, no qual planejava, junto com a firma Otoni & Cia, construir na Praça da Luz um moderno posto de venda de combustível e serviço de lavagem de automóveis, onde traria ares de modernização para cidade. O cronista critica esta obra argumentando que a efetivação de tal sacrificaria espaços nos quais os habitantes “desfrutava de conforto e divertimento” (*Jornal A Batalha*, p. 1, 28 fev. 1935). Outro texto, cujo autor é desconhecido, direciona comentários aos equipamentos modernos (como os correios e telégrafos) o adjetivo de monstruosidades, sentindo um desconforto com tais objetos na cidade, “A nossa bela e grande cidade, dia a dia, se enche de monstruosidades” (*Jornal A Batalha*, p. 1, 21 fev. 1935). E com Fábio Gutemberg, no seu trabalho “Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)”, percebemos que com as reformas a perda não se limitava apenas ao físico, se perdia também o simbolismo agregado nos bens. Como por exemplo, a destruição do Paço Municipal apagou da história campinense um símbolo da política local. Um prédio no qual funcionou o Fórum e a sede do Poder Legislativo e Judiciário campinense. Se consta que foi realizado neste local a última sessão da Câmara Municipal no Império e a primeira sessão da República. E com a demolição da Igreja do Rosário (símbolo sagrado), a autoridade e a elevação da Igreja Católica foi posta à prova diante dos habitantes de Campina Grande. Ou seja, houve de certo modo, um interesse por parte dos habitantes com aquilo que estava sendo destruído e modificado.

Com isso, o trabalho objetiva contribuir para a valorização e construção da história via memória de Campina Grande, destacando a destruição do seu patrimônio cultural, no processo de modernização do governo de Vergniaud Wanderley (1935 – 1938; 1940 - 1945) e Bento Figueiredo (1938 – 1940). Identificando aquilo que foi extinto no processo de modernização, pautado no discurso urbanístico e higienista. Percorrendo um caminho no qual o destaque não se focaliza nas grandes construções ou reformas realizadas, mas na destruição causada em prol da concretização de um projeto, de uma visão, ou seja, a modernização da urbe campinense.

É nítido que não se pode ser contra o progresso ou desenvolvimento. As cidades devem se modernizar, novas construções devem surgir e a paisagem mudar. Portanto, tais ações devem ser acompanhadas com a preservação e conservação do patrimônio histórico/cultural. Preservação esta regida na visão de Antônio C. Lemos, no qual declara,

Preservar não é só guardar uma coisa um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é guardar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aqueles sabidamente condenados ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária (LEMOS, 1981, p. 29).

Assim, o trabalho foi estruturado em dois momentos: no primeiro momento foi realizada uma discursão teórica a respeito do conceito de cidades e patrimônio histórico, dividido em um tópico e dois subtópicos: História e Cidades: Diálogos historiográficos com o mundo urbano, como tópico; Patrimônio Cultural: novas perspectivas ao longo da história e Patrimônio Cultural no Brasil, como subtópicos. No segundo momento se discutem as transformações causadas pelo processo de modernização, evidenciando o patrimônio histórico destruído. Este ponto se encontra distribuído em um tópico e um subtópico: Olhares atentos a um processo: Uma trajetória de reformas antes de 1935; e 1935 - 1945 e o preço da Modernização.

## **2. História e Cidades: Diálogos historiográficos com o mundo urbano.**

As cidades têm se constituído um campo riquíssimo no estudo sobre a história e a memória. Como destaca Pesavento (2008), em “História, Memória e Centralidade Urbana”<sup>5</sup>,

---

<sup>5</sup> Neste trabalho Sandra J. Pesavento aborda caminhos recentes do estudo sobre história urbana, partindo do referencial da história Cultural, explanando as múltiplas temporalidades do espaço urbanístico e as diversidades

os espaços pertencentes à urbe são ambientes evocadores de sentido, lugares de certa “carga simbólica” que distingue e situa o sujeito nos acontecimentos de outrora. São lugares detentores de história e memória, de expressão indelével de uma comunidade.

A cidade pode ser considerada como detentora de história e memória e ao mesmo tempo, expressão de identidade de uma comunidade, pois,

Todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória: lugares em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado. Estes espaços dotados de significado fazem, de cada cidade, um território urbano qualificado, a integrar esta comunidade simbólica de sentidos [...]. Mas, sobretudo, são lugares, dotados de carga simbólica que os diferencia e identifica. (PESAVENTO, 2008, p.1)

E como no corpo humano o coração é o foco das atenções, na urbe, o centro se torna o órgão centralizador da cidade para se pensar o passado. Pois é a partir do núcleo que se desenvolve e expande uma cidade. O centro é a área mais velha e a que contém mais história. Ou seja, “se utilizássemos a metáfora do corpo para nos referirmos à cidade, diríamos [...] que o recorte escolhido por nós para pensar a história e a memória – o centro urbano – é o coração” (PESAVENTO, 2008, p.5).

O núcleo urbano é essencial para se pensar a questão do patrimônio, pois é nele que encontram os prédios mais antigos.

E por os centros terem essa importância para as cidades, são eles os mais afetados pelas transformações. São os que sentem os desgastes físicos da passagem do tempo e do uso natural por parte da sociedade. As perdas e alterações geradas, como destaca Pesavento (2008), faz com que significados e memórias se percam, sejam relegados ao esquecimento.

Assim, os centros urbanos sofrem os desgastes físicos inerentes à passagem do tempo e ao uso social de tais espaços; sofrem ainda alterações de uso, que modificam, apagam ou destroem a função original dos mesmos; e, por último, a centralidade pode ser acometida de uma perda de significado e de memória, sofrendo pelo esquecimento e pela falta de sentido histórico, que foi perdido através das gerações. Muitas de nossas cidades sofrem deste mal, é a constatação atual (PESAVENTO, 2008, p.5).

No entanto, mesmo com este fator preocupante que ocorre nos centros, ele se constitui como um elemento imprescindível na construção de uma identidade, de uma referência. Por

mais que os espaços sejam destruídos e modificados, eles deixam marcas, sinais distintivos únicos que cravam uma referência tanto na história da cidade, quanto nos habitantes.

Os centros se destacam por proporcionarem um modo de viver próprio, um estilo e comportamento exclusivos em que o sujeito se identifica como cidadão, um naturalizado habitante da cidade.

E como explica Pesavento (2008), as identidades são construídas a partir da junção de um emaranhado de ideias, nos quais fundamentam-se em acontecimentos do passado, objetos, hábitos, traços; manifestando-se em ritos e práticas sociais. E tais manifestações, por exemplo, se encontram presente no monumento, cuja especificidade deve-se ao seu modo de atuação sobre a memória.

Choay (2001), explica que monumento, no sentido original do termo, vem do latim *monumentum* (que deriva de *monere* que significa: advertir, lembrar), que significa trazer à lembrança alguma coisa; tocar, pela emoção, uma memória viva; “monumento é tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2001, p.18). A especificidade do monumento deve-se ao seu modo de atuação sobre a memória, mas não todo tipo de memória; uma memória que contribua para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal, ou familiar.

Pesavento (2008) mostra ainda, que o pesquisador que se propõe a abordar a cidade como campo de estudo, tanto para memória como para cultura, se depara com a questão do patrimônio. E que por meio da ilustração, preservação e enfoque dado ao patrimônio, o pesquisador estará realizando um movimento no qual proporciona a revitalização e humanização do espaço urbano. Fazendo com que os habitantes da cidade observem os centros como agregadores de cultura, memória e história.

Destacando o patrimônio histórico destruído da cidade de Campina grande, no período de modernização 1935 – 1945, se percebe uma preocupação em buscar de identificar aquilo que foi renegado e demolido mediante uma ação empreendida na efetivação de um ideal, de um projeto, ou seja, a modernização da cidade.

Conservar o patrimônio histórico é uma questão que perpassa pela cidadania, pelo interesse do cidadão. Pois se constitui como principal sustentáculo para a edificação da identidade cultural e um direito fundamental das pessoas enquanto participantes e pertencentes a uma comunidade politicamente e socialmente articulada.

## 2.1 Patrimônio Cultural: novas perspectivas ao longo da história.

Segundo Lemos (1981), em seu texto “O que é Patrimônio Histórico”, Patrimônio Histórico seria as edificações antigas e seus pertencentes representativos de gerações passadas. E que pode ser englobado em um acervo maior, mais abrangente, chamado “Patrimônio Cultural”.

Compartilhando do pensamento do francês Hugues de Varine Bohan<sup>6</sup>, Lemos subdivide a ideia de patrimônio cultural em três categorias: primeiro abarca os elementos da natureza, do meio ambiente (os rios, climas, paisagens, animais, e etc.); segundo, os conhecimentos/técnicas, “o saber e o saber fazer” (elementos não tangíveis, toda capacidade de sobrevivência do homem no meio ambiente); e terceiro, os bens culturais (reunião de todas outras coisas, objetos, artefatos, construções, e etc.)

Voltando um pouco na história, observamos que uma das primeiras formas de preservação nasce na França no século XVIII. Com a formação dos Estados Nacionais franceses, os bens culturais são evocados para construir memórias, tradições e identidades.

Em sua origem etimológica, a palavra patrimônio expressava um significado de herança paterna, intrinsecamente relacionado a bens familiares. Após o fato mencionado na França, a expressão passa a se referir a objetos ou bens que apontam a uma memória compartilhada, pertencente a uma comunidade social, no qual se deve preservar para o uso e usufruto da população que integra o ambiente.

De maneira mais ampla, é na modernidade que se percebe a origem do interesse na fomentação de meios que possibilitam a preservação do patrimônio histórico. A Revolução Francesa e a Revolução Industrial, por exemplo, conspiraram uma transformação nas relações políticas e sociais, por meio das mudanças nas técnicas de produção e no cotidiano social e político.

As formas de trabalho de tradição artesanal, aos poucos, foram sendo sobrepostas pela avassaladora dinâmica das máquinas. A indústria logo adentrou no cotidiano das pessoas, fazendo com que os espaços urbanos sofressem alterações mediante o acúmulo de pessoas existentes na urbe. Modificações estas que eram regidas por uma velocidade na qual

---

<sup>6</sup>É especialista em patrimônio e desenvolvimento local. Formado pela Universidade de Paris, com pós-graduação em História e Arqueologia. Hugues de Varine foi diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e despontou como um dos principais teóricos da chamada “Nova Museologia”, que deu outra dimensão à função social dos museus, dando o tom da Mesa de Santiago em 1972. Criador do conceito de “Ecomuseu”, Varine é autor de *A cultura dos outros*(1976); *A iniciativa comunitária* (1992); *Cidade, cultura e desenvolvimento*(1995); e *As raízes do futuro* (2002). Para o lançamento da edição brasileira deste último, esteve no Brasil em junho deste ano.

metamorphoseava a realidade, ou seja, mudavam de aspecto as paisagens existentes, apreciadas pelo sujeito, fazendo com que este ficasse desorientado referencialmente diante do seu meio<sup>7</sup>.

A modernidade proporcionava intensas mudanças nas cidades, as reformas urbanistas em prol do progresso fizeram com que os espaços pertencentes à urbe, fossem desumanizados. E a partir deste momento, a preocupação com a questão da preservação e conservação de objetos e bens espalhados na cidade, no qual constituíam uma memória compartilhada, foi vista como algo relevante a ser realizado.

Se por um lado, a grande velocidade desta mudança se fazia sentir no cotidiano citadino, quer seja pelas alterações que vinham sendo realizadas no tecido urbano, que seja pela forma de ocupação dos espaços, ambas situações levaram a suscitar a preocupação em se preservar o que estava sendo perdido com as alterações urbanísticas, visto que a cidade antiga encontrava-se prestes a ser destruída pelas transformações e novas concepções trazidas pela modernidade. (FARIAS, 2015, p. 68)

Pode se dizer então, que a ação na busca da conservação do patrimônio histórico nasce como o dever de se preservar aquilo que se fazia referente a história e a lembrança de determinada comunidade mediante as alterações empreendidas por uma perspectiva de mundo que estava se formando no momento, a modernidade.

O olhar para com a preservação no primeiro momento, se voltava aos bens arquitetônicos e monumentos. Com o tempo, as concepções com relação ao patrimônio histórico foram se modificando e ampliando cada vez mais o campo da preservação. Isso se deve, sobretudo, à discursões e debates realizados no séc. XX, a partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>8</sup>, cuja política de preservação objetivava regras mundiais.

A ação de preservação do patrimônio, contemporaneamente, envolve amplos e diferentes campos. Os bens arquitetônicos isolados foram o foco, por muito tempo, da política de conservação, resultante de seu imenso valor histórico e arquitetônico. Só os grandes monumentos e as construções excepcionais entravam no caderno de registro de conservação, ou melhor, no livro de tombamento.

De bens isolados, a percepção do campo de preservação se amplia para o “conjunto de bens arquitetônicos”. E com o toque do conceito de cultura transmitido pela antropologia, segundo Farias (2015), à ideia se amplia ainda mais, passando a integrar bens materiais e imateriais, no qual, uma gama de elementos que estão presentes no cotidiano e que fazem

---

<sup>7</sup> Conferir em (Reis; Figueiredo, 2015, p. 67).

<sup>8</sup> Sigla que significa “Organização das Nações Unidas”, organização criada em 1945 no intuito de promover a interação internacional.



parte do dia a dia das pessoas é incluída: folclore, modos de viver, fazer, criar, expressões artísticas, criações científicas, etc.

### 2.1.1 - Patrimônio Cultural no Brasil

No Brasil, a questão da preservação patrimonial teve suas repercussões e discursões que proporcionaram um desenvolvimento e aperfeiçoamento do conceito de patrimônio.

Segundo Rodrigues (2006), o desdobramento do entendimento sobre patrimônio histórico no Brasil está intrinsecamente ligado à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, órgão criado especificamente para cuidar das questões patrimoniais brasileiras. O surgimento do SPHAN refletia o ideário da época de construção de uma identidade nacional, na busca de ingressar o país na modernidade, havendo assim a tendência de procurar uma independência cultural e uma singularidade nacional. Portanto, essa busca por conciliar o antigo com o novo fez surgir uma necessidade de preservação do patrimônio cultural.

Na história do Brasil, o movimento modernista visava à transformação do meio social e ao mesmo tempo configurar um verdadeiro modelo ou estilo brasileiro, uma identidade brasileira<sup>9</sup>.

O intelectual Rodrigo de Andrade<sup>10</sup>, através de um projeto de lei, estabeleceu um sistema cuja função primordial seria a preservação do patrimônio cultural, criando em 30 de novembro de 1937, o Decreto de Lei de nº 29/37, fazendo surgir o órgão SPHAN. Em seu Artigo 1º, refere:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto-lei n. 25, 30 nov. 1937)<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Movimento modernista ocorreu a partir do final do século XIX e se estendeu até a década de 1930. O movimento modernista foi um movimento literário e artístico inaugurado com a Semana de Arte Moderna (1922), que deu início a uma nova fase na literatura e nas artes plásticas brasileiras. Caracterizou-se pela ruptura com as tradições acadêmicas, pela liberdade de criação e de pesquisa estética, e pela busca de inspiração nas fontes mais autênticas da cultura e da realidade brasileira.

<sup>10</sup> Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898 – 1969) foi advogado, jornalista e escritor brasileiro. Foi diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, durante 31 anos, hoje Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).

<sup>11</sup> Brasil. Decreto-lei n. 25, 30 nov. 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm). Acesso 21/Out./2017.

O decreto era claro e simples, estabelecia que a conservação e proteção do patrimônio fosse regida mediante a ação de tombamento. A perspectiva a respeito do que se considerava patrimônio cultural se limitava a bens móveis e imóveis, no qual transmitissem memoráveis acontecimentos históricos referentes ao Brasil, ou também, por agregarem valor artístico, arqueológico, etnográfico e bibliográfico.

Ou seja, a política de preservação do patrimônio cultural estava voltada ao valor estético, a beleza expressa no objeto.

Com o fim do Estado Novo e o início do governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek, se inicia uma ampla discursão a respeito da cidadania, levando a politização da cultura no meio social<sup>12</sup>. Rodrigues (2006) destaca que esse enfoque dado à cidadania, uma busca por mais legitimidade, motivou mudanças na concepção de cultura e conseqüentemente no conceito de patrimônio cultural.

Tais ações fizeram com que, na década de 70, o pensador Aloísio Magalhães repensasse o conceito de patrimônio cultural aos moldes concebidos por Mário de Andrade<sup>13</sup>. A proposta de patrimônio feita por Mário de Andrade é retomada, passando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (O SPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1970), a reconhecer a diversidade cultural do país e os produtos do fazer popular. A partir dos anos 80, diferentes grupos (como indígenas e negros, por exemplo) passaram a ser incorporados dentro da ótica preservacionista como produtores de cultura e agentes da história.

E, partir deste momento, 1980 e 1990, presenciamos um avanço considerável na idealização do conceito de patrimônio. Com a afirmação da Constituição Brasileira, a visibilidade ao campo patrimonial foi ampliada, objetivando a efetivação da cidadania.

Foi elaborado um conceito no qual incluía bens de natureza material e imaterial, memórias de diferentes grupos existentes no Brasil, a especificidade da identidade coletiva social, enfim,

---

<sup>12</sup> Destaque para a criação do Centro de Populares de Cultura (CPC), criado em 1962.

<sup>13</sup> Mário de Andrade elaborou um projeto, a mandato do então nomeado ministro da Educação e Saúde, Gustavo Campanema, no qual abarcava políticas de preservação e conservação para o SPHAN, antes mesmo do projeto que virou decreto de lei proposto por Rodrigo Melo Franco de Andrade em novembro de 1937. O projeto de Mário de Andrade vislumbrava a inclusão de culturas imateriais como patrimônio cultural: arte popular, folclore, contos, danças, histórias populares, lendas e entre outras. Mário de Andrade projetava uma perspectiva para o SPHAN em que sua funcionalidade proporcionasse a coletivização e socialização do saber, ou seja, utilizar a cultura como um instrumento de ensino. Segundo Rodrigues, a rejeição do projeto de Mário de Andrade foi devido ao “receio dos efeitos que o instituto do tombamento pudesse gerar com o conceito de propriedade [...], também pela Política do Estado Novo, e pela dificuldade, por parte do povo e da intelectualidade, para absorver a importância da preservação do patrimônio material e imaterial” (RODRIGUES, 2006, p. 5).

A expressão patrimônio cultural brasileiro consagra o entendimento de que nele estaria inserido o patrimônio cultural como um todo, seja de interesse da união, dos estados ou dos municípios. Tem-se, na verdade, um patrimônio cultural com sentido de universalidade. [...] Nesse sentido é que se deve compreender o conceito legal de patrimônio entendido como um todo orgânico, cuja unidade expressa a identidade do país e cuja significação é tanto maior quanto o sentimento do povo em relação a cidadania. (RODRUGUES, 2006, p. 12).

Diante disso, se observa que as políticas de preservação patrimonial têm uma longa história, não só mundialmente, mas também nacionalmente. Tratar do patrimônio cultural é chamar a atenção para história pessoal do sujeito, haja vista que, com a ampliação do conceito de patrimônio, abordado ao longo deste texto, muito daquilo que as pessoas praticam e realizam, são marcos definidores de sua identidade, cultura e memória.

Nestes moldes, é perceptível que no processo de modernização de Campina Grande, 1935 – 1945, muito do patrimônio histórico/cultural foi destruído, e não estamos falando apenas em bens materiais, mas também bens culturais imateriais. Por isso se faz necessário uma visibilidade naquilo que foi sobreposto em prol do projeto da modernização.

### **3. Olhares atentos a um processo: Uma trajetória de reformas antes de 1935.**

Discutir urbanização e modernização em Campina Grande é tocar em um processo mais amplo, no qual outras cidades vivenciaram nos seus espaços mudanças e transformações. Processo este apontado por Aranha (2001), que defende a ideia de modernidade analisando conquistas materiais (equipamentos urbanos de uso coletivo) inovadoras que passaram pelo imaginário urbano como símbolos do moderno<sup>14</sup>.

Seu objetivo é lançando a partir do pressuposto de que não se pode estudar o processo de modernização das cidades brasileiras, (em específico o da Parahyba do Norte e região, Recife como principal referência urbana da região), levando em conta o mesmo processo ocorrido nas metrópoles europeias, como Londres e Paris.

Estas metrópoles tinham como adjetivos um ambiente urbano frenético, um ritmo acelerado, proporcionado por um número exorbitante de pessoas residindo em tais espaços. E enquanto nas cidades brasileiras não se encontravam tais características. Sua argumentação pauta na ideia de que a modernização nas cidades da região do norte se caracterizava por

---

<sup>14</sup> Conferir em Aranha: “Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). 2001.

“novidades vindas do estrangeiro”, símbolos modernos de valor universal, tais como: o trem, telégrafo e o sistema de iluminação.

Cabe ressaltar que o processo de modernização em Campina Grande, teve suas especificidades e particularidades. Filho (2009), seguindo a ideia de Aranha (2001), aborda o processo de modernização da cidade campinense mostrando que esta obedeceu outros ritmos daqueles característicos das grandes cidades europeias, pautados na velocidade do ritmo frenético e no grande número de pessoas. Filho (2009) observa que a modernização do espaço urbano se deu em suas modificações fisionômicas e pela presença de símbolos modernos, como por exemplo, caminhões e automóveis<sup>15</sup>.

Através da leitura de imagens fotográficas e imagens literárias, registradas por aqueles que vivenciaram tal período, Filho (2009) analisa a chegada dos equipamentos modernos e reformas aplicadas na cidade Campina Grande.

O que é de relevante em perceber no trabalho de Filho é o fato do impacto causado pelos equipamentos urbanos, símbolos da modernização, com a força da tradição das pessoas.

**Fotografia 1:** Rua Maciel Pinheiro com a Praça João Pessoa



**Fonte:** Foto encontrada no trabalho de Filho (2009, p.50) “A cidade revelada: Campina Grande em Imagem e História”.

Analisando esta imagem da Rua Maciel Pinheiro com a Praça Epitácio Pessoa, na década de 1940, ele a descreve fazendo destaque ao alinhamento para as árvores cuidadosamente podadas, referência aos ideais de higiene e embelezamento, aos automóveis

---

<sup>15</sup> Conferir em (Filho, 2009, p. 45).

que são símbolos mais sofisticados da modernização, como também destaca a mobilidade das pessoas na praça, ao ritmo lento característico da tradição. Mas, o que mais lhe chama atenção é a presença de um homem sobre um cavalo dividindo os espaços com os automóveis, ou seja, ritmos opostos compondo o mesmo cenário, um pela tradição o outro pelo moderno<sup>16</sup>.

Como Filho aponta, a cidade de Campina Grande (PB) passou por reformas e modificações. A partir de 1920, os políticos de Campina Grande passaram a ter um objetivo em comum: modernizar a cidade. A meta era deixar para trás o aspecto ainda provinciano e adotar uma estética parecida com o estilo de uma metrópole.

No entanto, para se efetivar a modernização, era necessário abrir mão de um passado interpretado como retrógrado, sacrificar alguns aspectos característicos do período colonial, vivido em outrora, que se fazia presente nas cidades. A modernização refletia uma ideia de ruptura como mostra Silva,

[...] a modernidade era vista como um momento de ruptura com o que se considerava velho, arcaico e atrasado, dando lugar ao novo, avançado e evoluído. Nesse sentido, pensamos a modernidade como um momento de rupturas rápidas e de constante movimento, substituindo, interagindo e renovando com o que era visto como antigo. (SILVA, 2011, p. 20)

Percebe-se, então, que as primeiras mudanças na cidade começaram no governo de Lafayette Cavalcanti, que esteve à frente da prefeitura entre 1929 e 1932. Ele foi responsável por iniciar a construção do calçamento da cidade. Realizou a implantação da via que liga Campina Grande à capital João Pessoa. L. Cavalcanti foi sucedido por Antônio Pereira Diniz.

Diniz, que governou entre 1934 a 1935, foi o primeiro a propor oficialmente o chamado “bota abaixo”<sup>17</sup>, expressão pela qual ficou conhecido o projeto de demolição de prédios antigos para a abertura de novas avenidas ou para serem substituídos por construções consideradas modernas.

O ex-prefeito também baixou um decreto, em 1934, regulamentando as construções na área central da cidade, estimulando que as casas térreas deveriam ser substituídas por prédios. O decreto dizia que a medida valia para as ruas João Pessoa, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Epitácio

---

<sup>16</sup> Conferir em (Filho, 2009, p. 51)

<sup>17</sup> Historicamente esta expressão ficou conhecida por referenciar as reformas do arquiteto Haussman em Paris. E no Brasil, a expressão “bota-abaixo”, ficou famosa com a reforma urbana promovida na gestão do prefeito Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX.

Pessoa. A partir de então, só seriam permitidas construções e reconstruções com mais de um pavimento. O prefeito priorizou as áreas que considerava mais visitadas da cidade<sup>18</sup>.

É também atribuída Diniz, em 1934, a demolição da antiga cadeia, onde atualmente se localiza a Praça Clementino Procópio. A cadeia, segundo Silva (2011), não contribuía para a urbanização da cidade, a penitenciária não era adequada a “saúde urbana”, devido ao mau cheiro dos “mortos sociais”<sup>19</sup>.

A prisão foi substituída com a construção de uma nova penitenciária as margens do Centro, local conhecido como Monte Santo. A nova cadeia foi edificada aos moldes urbanistas modernizantes, como mostra um trecho do jornal *A União*, “Características do edifício, que disporá das mais modernas instalações, cobrirá uma área de 753 m<sup>2</sup>; terá três raios onde ficarão situadas as secções para homens, mulheres e menores. (apud *A UNIÃO*, 8 de jul. de 1936, p.1).

Portanto, as mudanças mais significativas e relevantes foram no governo do prefeito que administrou a cidade por dois mandatos, conhecido como “Vergniaud Wanderley”. O primeiro mandato foi de 1935 a 1938 e o segundo de 1940 a 1945.

### **3.1 1935 - 1945 e o preço da Modernização**

Neste recorte temporal, entra em cena um personagem que foi crucial na efetivação da modernização e conseqüente destruição do patrimônio de Campina Grande. Destaque para o ex-prefeito Vergniaud Wanderley, uma figura que marcou a história da cidade com sua política e personalidade.

Outra presença que pode ser citada neste contexto é, também, o ex-prefeito Bento Figueiredo (que governou no período de 1938 – 1945), irmão de Argemiro de Figueiredo, o qual teve seu papel não muito expressivo no processo de modernização, mas que corroborou de certa forma. Porém, as honras da discursão ficaram centralizadas no ex-prefeito Vergniaud Wanderley, devido ao forte impacto causado por suas ações no patrimônio campinense.

---

<sup>18</sup> Conferir artigo de Fábio Gutemberg: “Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)”.

<sup>19</sup> Conferir em (Silva 2011; p. 41-43) Cabe ressaltar também, que a construção da nova penitenciária envolveu polêmicas, como mostra Fábio Gutemberg (2001) em uma nota. O princípio plano de construção visava a edificação de um matadouro, que, devido a protestos da população, que alegavam a falta de higienização, pôr o local escolhido ficar próximo a um cemitério; o projeto foi modificado e adaptado para a nova cadeia da cidade.

Segundo Souza (2001), Vergniaud Wanderley nasceu em berço de família tradicional, proprietária de terras do sertão paraibano e campinense<sup>20</sup>. Realizou seus primeiros estudos em Campina Grande, formando-se em advocacia pela Faculdade de Direito do Recife em 1929

Foi para o Rio de Janeiro onde, na cidade maravilhosa, assumiu o cargo no Ministério Público como promotor de várias cidades como a de Blumenau, Brusque e Itajaí. Foi juiz de direito em Harmonia e Biguaçu, cidades de Santa Catarina, entre 1930-1935. Por meio de convite do recém-eleito governador e amigo Argemiro de Figueiredo, fez parte do governo. Primeiro como chefe de polícia, como mostra a matéria no jornal *A Batalha*, e depois como Secretário da Agricultura.

[...] E avulta, entre os secretários do governo do dr. Argemiro de Figueiredo, a figura nobilíssima desse moço digno, que é o dr. Vergniaud Wanderley, em bôa hora chamado para ocupar o importante cargo de chefe da segurança pública (Jornal *A Batalha*, p.8, 13 fev. 1935).

Foi citado como pretendente a candidatura de prefeito de Campina Grande nas eleições de 9 de setembro de 1935. Segundo V. Wanderley, “candidato de consenso para apaziguar os ânimos e disputas internas do Partido Progressista” (Bezerra, 2001). Contemplou dois mandados na cidade o primeiro, eleito pelo povo, de 1935-1938; e o segundo, como interventor, de 1940-1945. E depois Senador da República de 1947 a 1951, e ministro do Tribunal de Contas em 1952.

Motivado em modernizar a cidade de Campina Grande, V. Wanderley lutou com unhas e dentes para alcançar tal objetivo. Tendo apoio do discurso Higienista e Sanitarista, efetivou aquilo que em seus olhos e perspectivas se constituía como necessário realizar.

[...] um prefeito encantado e decidido pela reformulação, a qualquer custo, [...] Wanderley estava convencido que ao modernizar o espaço físico de Campina Grande, destruindo-a e reconstruindo-a, colocava na ordem do dia, da maneira mais concreta e visível possível, a sua crença em um determinado pensamento e sentimento sobre modernização. (FILHO, 2007, p. 33)

Para além de um olhar modernizante, V. Wanderley observava que a cidade de Campina Grande possuía práticas e uma fisionomia antiga e retrógada, aspectos do período colonial. E que aos seus olhos, era necessário apagar da cidade tais características presentes em casarões e prédios antigos. Casarões como os da Rua Venâncio Neiva e prédios como o

---

<sup>20</sup> Ver ainda capítulo 4 da tese de doutorado de Souza: Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no nordeste do Brasil (1930 – 1945), 2001.

Paço Municipal, entraram na lista negra de demolição, pois transmitiam um passado que deveria ser apagado.

No curto tempo do seu primeiro mandato, 1935 – 1938, V. Wanderley deixou como marcas a reforma da Praça Coronel Antônio Pessoa, instalação de telefones automáticos, o calçamento de inúmeras ruas e avenidas. Também foi nessa primeira gestão que iniciou a construção de um dos seus projetos prediletos, a edificação do Grande Hotel<sup>21</sup>.

O objetivo era construir um edifício moderno em um dos pontos centrais da cidade. Uma construção que marcaria profundamente a todos, e com arquitetura *art. déco*. Mas foi no seu segundo mandato que percebe-se o forte impacto gerado por suas ações.

Mas independentemente do primeiro ou segundo mandato, reformas foram efetivadas. A preocupação do trabalho não é em quantificar o número de ações de uma gestão a outra. Pois até então, reformas e projetos foram iniciados e pensados antes do primeiro e segundo mandato de V. Wanderley. O foco é destacar o patrimônio histórico que foi destruído no período entre 1935 – 1945, como o Paço Municipal, Casarões antigos da rua Venâncio Neiva, a igreja do Rosário, a transferência da feira pública, e etc.

E entre um mandato e outro, Bento de Figueiredo (1938 – 1940), entra em cena, onde percebemos também uma preocupação para com a urbanização de Campina Grande.

Em pesquisas efetuadas em jornais de época, encontramos um decreto criado para desapropriação de casas e prédios, visando a urbanização, alinhamento e alargamentos nos espaços da Rua João Pessoa da cidade de Campina Grande,

#### **Decreto N° 18, de 25 de maio de 1938**

Desapropria o prédio n. 795, sito à Rua João Pessoa.

O Prefeito Municipal de Campina Grande, usando das atribuições do seu cargo e, considerando existir, nesta Prefeitura plano de urbanização para correção de alinhamento de ruas e alargamentos de becos;

Considerando que, quanto possível, assiste ao Executivo Municipal o dever de decretar desapropriação por utilidade pública [...];

#### **Decreta:**

Art. 1. - E' desapropriado o prédio n. 795, sito a rua João Pessoa nesta cidade. (Jornal A VOZ DA BORBOREMA, p.1, 28 maio 1938)

<sup>21</sup> A edificação do edifício foi iniciada em 1936, no governo do ex-prefeito Vergniaud Wanderley, sendo concluída e inaugurada em 1942. Um prédio pensado e idealizado para ser destaque na cidade, um símbolo do progresso e da modernização. Souza (2001) “O Grande Hotel seria um símile de arranha-céu com quatro pavimentos, localizado no cruzamento das centrais ruas da cidade, a Maciel Pinheiro e a Floriano Peixoto”. Conferir artigo de Fabio Gutemberg: “Cartografias de uma reforma urbana no nordeste do Brasil (1930 – 1945)”.



Outro ponto que podemos destacar do mandato de Bento de Figueiredo é com relação à criação do Mercado Público. Entretanto, deixaremos para abordar mais à frente este projeto de criação de um novo mercado e retirada das feiras das principais ruas da cidade.

V. Wanderley com seu olhar modernizante, não pensou duas vezes, ceifou o antigo edifício Paço Municipal em 1942. Prédio que teve sua construção iniciada em 1877 e sua inauguração em 02 de Dezembro de 1879.

### Fotografia 2: Antigo Paço Municipal



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/10/arquitetura-projetos.html#.Wg3UioxSyyI>.

O paço municipal ficava localizado ao lado da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, na Avenida Floriano Peixoto. Neste prédio, funcionou o Fórum e a sede do Poder Legislativo campinense. Se consta que foi realizado neste local a última sessão da Câmara Municipal no Império e a primeira sessão da República<sup>22</sup>. Infelizmente, é uma obra que a História detém registro apenas fotográfico, uma vez que foi demolido. O local é ocupado atualmente pelo estacionamento da Igreja Catedral.

A Igreja, um espaço sagrado para muitas pessoas, concebido como, para a fé católica, a casa de Deus, não escapou do olhar alçoz de V. Wanderley. A Igreja do Rosário entrou nos planos da reforma urbanística como prédio a ser demolido no processo de expansão da

<sup>22</sup>Blog **Retalhos** **Históricos:**  
<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/10/arquitetura-projetos.html#.Wd1X71xSyyI>

Avenida Floriano Peixoto em 1940. O projeto era construir uma artéria atravessando o município<sup>23</sup>.

**Fotografia 3:** Antiga Igreja do Rosário década de 1930



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2015/08/1940-2015-75-anos-da-igreja-de-nossa.html#.Wg4dEoxSyyI>

Também foram demolidas várias casas de antigos moradores da Rua Venâncio Neiva nas proximidades da igreja e em outros pontos onde a avenida deveria passar, incluindo casarões de ricos comerciantes e proprietários de terras, cuja característica chamativa se devia aos belos jardins que compunham as casas. Houve resistência de alguns moradores.

Não importava a sociabilidade daqueles antigos moradores, as relações de vizinhança não contavam; não interessava ao “operoso prefeito” quaisquer sofrimentos que por desventura tenham passado aqueles habitantes da Rua Venâncio Neiva ao se verem, de uma hora para outra, sem as suas moradias. (FILHO, 2007, p. 35)

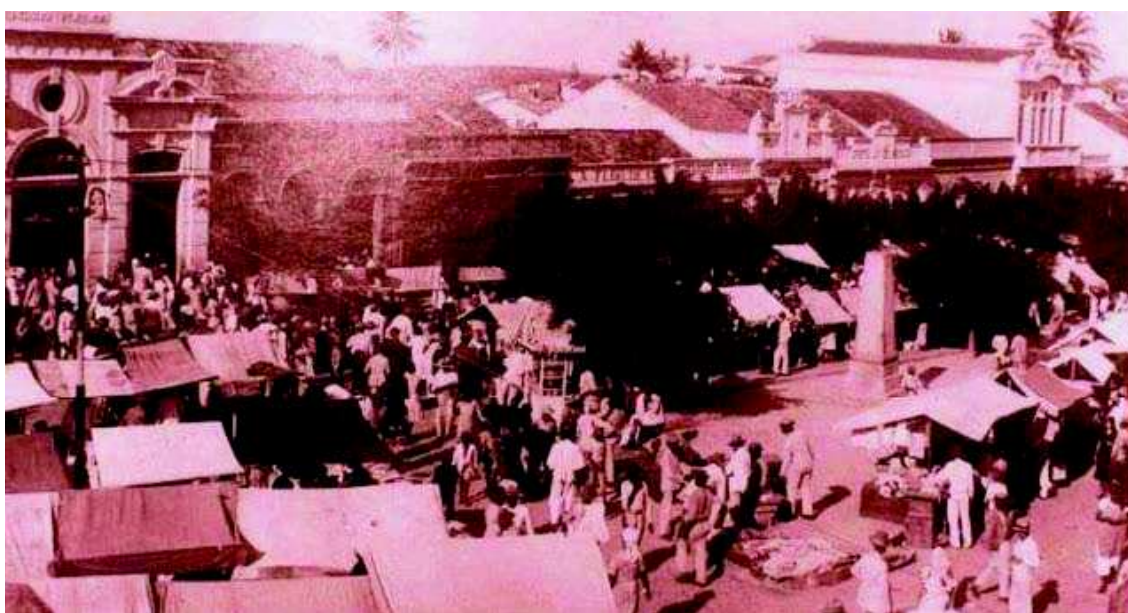
V. Wanderley iniciou o ordenamento do Açude Velho e tentou afastar bares e prostíbulos das áreas centrais da cidade. Destaque para a demolição do bar “Fla-Flu”, que segundo Severino C. Filho (2007)’, este local era utilizado pelos jovens para encontros amorosos e sociais. Para dar lugar ao que conhecemos atualmente como a Rua Maciel Pinheiro, destruiu praticamente a chamada “Rua Grande”, derrubando casarões e pontos

<sup>23</sup> A diocese foi indenizada e a igreja foi reconstruída no bairro da Prata. Conferir no Blog Retalhos Históricos: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/01/igreja-do-rosario-atual.html#.Wd1ZvIxSyyI>.

comerciais<sup>24</sup>. A meta era tirar a aparência de ‘vila’ que a urbe campinense ainda expressava. A efetivação do projeto de alinhamento levou a marginalização de dois símbolos da política da República Velha: O sobrado do ex-prefeito Cristiano Lauritzene o Pavilhão Epitácio Pessoa (local utilizado para reuniões festivas das elites).

E não podemos esquecer-nos de uma ação crucial de V. Wanderley, no qual afetou o cotidiano e ritmo das pessoas de C. Grande drasticamente: a transferência da feira para o Mercado Público em 1941.

#### **Fotografia 4:** A Feira Pública na Rua Maciel Pinheiro



**Fonte:** [retalhos.blogspot.com.br/2010/05/feira-centralcoracaodecampina.html#.Wg3WkIxSyy](http://retalhos.blogspot.com.br/2010/05/feira-centralcoracaodecampina.html#.Wg3WkIxSyy)

A fotografia logo acima é da Feira Pública de 1928, onde podemos perceber o intenso fluxo de pessoas na Rua Maciel Pinheiro. Uma ação incentivada pelo discurso higienista e de intelectuais, nos quais interpretavam a feira campinense como um local que transmitia promiscuidade e desordem, como mostra Souza,

Na ótica de um higienizado letrado de tradicional família, o funcionamento da feira em suas artérias centrais dava ares de promiscuidade à mesma, o que afrontava sua imagem de cidade progressista. Portanto, desloca-la para um ponto afastado se fazia preciso. (SOUZA, 2001, p. 277)

<sup>24</sup> Ver trabalho de Fábio Gutemberg: Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no nordeste do Brasil (1930 – 1945).

Projeto iniciado no governo de Bento de Figueiredo se tornava, para alguns, um dos maiores desafios de sua gestão, como mostra o cronista Cristino Pimentel, defensor da criação de um mercado público,

São muitos os problemas que o Prefeito Bento de Figueiredo tem a resolver, entre os quais um deles que reputo o maior, o do Mercado Público. Este problema o quando não seja possível a sua solução em imediata pelo, menos merece que se lhe tire a pedra de cima e se lhe resolva os bofes para predispo-lo a uma bistrizada segura. (Jornal VOZ DA BORBOREMA, p.1, 10 ago. 1938)

Com isso, o ex-prefeito B. Figueiredo inicia a construção do projeto em um local conhecido como “Riacho das Piabas”<sup>25</sup> (identificado atualmente como Feira Central), ambiente no qual efetuava a feira de gado. Decretos de desapropriação de casas e prédios foram realizados visando à construção do então Mercado, um deles se encontra abaixo,

**Decreto N. 46, de 7 de dezembro de 1938.**

*Abre o crédito de 40;000\$000 (quarenta contos de reis), para a desapropriação de terreno e prédios na área de construção do Mercado Público, desta cidade.*

A Prefeitura Municipal de Campina Grande, usando das atribuições própria do seu cargo,

**Decreta:**

Art. 10. – E’ aberto o crédito de 40;000\$000 (quarenta contos de reis), para desapropriação de terrenos e prédios situados na zona de construção do Mercado Público desta cidade.

(Jornal A VOZ DA BORBOREMA, p.3, 10 dez. 1938)

A feira se constituía aos olhos de uma determinada camada social, uma prática retrógada e desordenada. Cristiano Pimentel, já citado acima, concebia como absurdo Campina Grande conviver com o caos que se constituíam as feiras. Escreveu vários textos criticando-as e fazendo alusão a necessidade de criação de um espaço específico para as feiras. E um de seus textos publicado no jornal *Voz da Borborema*, relata o “Deus nos acuda” que são os dias de feira,

Vejamos, por exemplo, a feira [...], toda Campina Grande sente a inconveniência [...], é um “Deus nos acuda”. Tenho assistido muito senhores romperem as vestes caras em caixões postos nas calçadas; outras atropeladas [...], crianças rompendo com dificuldade a feira arrastadas pelas mãos cuidadosas das mães, e homens apreçados, tentando passar para os seus negócios, com a raiva saindo da boca e as mãos afastando os ferreiros sem nenhuma delicadeza. (Jornal VOZ DA BORBOREMA, p.1, 10 ago. 1938)

---

<sup>25</sup>Blog Retalhos Históricos: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/05/feira-central-o-coracao-de-campina.html#.Wd1eAoxSyyJ>

A criação deste espaço estava atrelada a retirada das feiras públicas que se espalhavam pelas principais ruas da cidade de Campina Grande (Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira, e as praças Eptácio Pessoa e Lauritzen), no qual se constituíam como uma pedra no meio do caminho do projeto de modernização e urbanização.

#### 4. CONCLUSÃO

É notório e evidente que não podemos ser contra o progresso ou desenvolvimento. Temos a ingenuidade de acreditar que as coisas continuem e permaneçam para sempre, sem que ocorram mudanças e transformações.

É claro que as cidades devem se modernizar, que novas construções devem surgir e a paisagem mudar. Compor os espaços físicos pertencentes à urbe com novidades que giram no mundo é regozijante e satisfatório para um cidadão. Mas tais ações devem ser acompanhadas com a preservação e conservação do patrimônio histórico/cultural. “Não entendemos a preservação do patrimônio como um ato de barrar o progresso, deve-se sim desenvolver [...] atividades sustentáveis que preserve traços do passado e possa naturalmente abraçar o futuro” (OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 9).

O patrimônio histórico e cultural, por sua vez, representa a materialização da história e da identidade cultural coletiva das pessoas. A perda do patrimônio representa o falecimento da história e da identidade. Isso é terrivelmente preocupante, pois a história de uma cidade, município, rua, logradouro, e etc.; é única e insubstituível. A destruição das representações materiais e imateriais representa o esquecimento de parte da identidade da cultura e esquecer a cultura é esquecer as origens e antepassados, ou seja, é esquecer-se de quem somos.

E entre ruas abertas e construções demolidas, muito do patrimônio histórico e cultural de Campina Grande foram destruídos. Muito de sua história materializada nos seus bens culturais foram demolidos e com o tempo; esquecidos. Por isso, percebe-se o quanto é importante desenvolver um trabalho de conscientização a favor da preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. Em meio a tantas modificações e transformações (consequente do projeto de modernização), é necessário um novo olhar para história e memória de Campina Grande.

CAMPINA GRANDE BETWEEN THE OLD AND THE MODERN: a search for the valorization of historical campinense patrimony. (1935 - 1945)

**ABSTRACT**

This work aims to build the history of Campina Grande highlighting the destruction of historical and cultural heritage in the years 1935 - 1945, a period in which a policy of modernization and urbanization was initiated by former Mayor Vergniand Wanderley. In Campina, the transformation of urban space has become one of the main reasons for the degradation of historical and cultural heritage. In the 1930s, when the modernization policy began with the former mayor, much of the city's cultural heritage was destroyed and demolished. In this sense, the objective of the work is to highlight the destroyed assets, such as: the City Hall, old houses, the Fla-Flu bar, the Church of the Rosary, the fair in the streets, among others. In order to carry out the research, the studies of Pesavento (2008), which discusses with the city concept, the studies of Lemos (1981), Reis (2015) and Martins (2006), regarding heritage historic. The methodology was configured in the researches in periodicals, dissertations and theses, highlighting Cabral (2009) and Souza (2001); as well as internet searches, from websites and blogs.

**Keywords:** Campina Grande. Historical Patrimony. Modernization Process

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES IMPRESSAS

Jornal: **A Batalha**, p.8, 13 fev. 1935

Jornal: **A VOZ DA BORBOREMA**, p.1, 28 maio 1938;

Jornal: **A VOZ DA BORBOREMA**, p.3, 10 dez. 1938;

Jornal: **VOZ DA BORBOREMA**, p.1, 10 ago. 1938;

### SITES E BLOGS

Blog **Retalhos Históricos**: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/10/arquitetura-projetos.html#.Wd1X7IxSyyI>.

### BIBLIOGRAFIAS

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômico e práticas culturais (1880 – 1925)**. Campinas, UNICAMP, 2001.

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880 – 1925)**. A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural/ 2 ed. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 79 – 132.

BRASIL. Decreto-lei n. 25, 30 nov. 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm). Acesso 21/Out./2017.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FILHO, Severino Cabral. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante**. Campina Grande (1930-1950). Campina Grande, UFCG, 2007.

FILHO, Cabral Filho. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens**. Campina Grande, UFCG, 2009.

LEMOS, Antônio Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo, ed. brasiliense. 1981.

OLIVEIRA, Thomas Bruno; SANTOS Juvandi de Souza. **Centro Histórico de Campina Grande: A cartografia de uma destruição**. Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB. Campina Grande, Ano 1 - Vol. 1, nº - 1, set. 2010.



RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **Conceito de Patrimônio Cultural no Brasil: do Conde de Galvêias à Constituição Federal de 1988.** Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar? Org. Cleiton Martins. São Paulo: Roca, 2006, p. 01 – 63.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, Memória e Centralidade Urbana.** Rev. Mosaico, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

FARIAS, Sandra Martins. **Modernidade e Patrimônio Cultural-** ruptura e preservação. Patrimônio Imaterial em Perspectiva/ org. Alcenir dos Reis, Betânia Gonçalves Figueiredo. 1ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015, p. 65 – 84.

SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da “Rainha”, Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945)** / - João Pessoa, 2011. (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba;

SOUZA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945).** Tese de Doutorado (Departamento de História do Instituto Filosofia e Ciências Humanas), Unicamp – São Paul; 2001.